

VOLUME 1

SECÇÃO 1:

INSTRUÇÕES PARA OS PROPONENTES

VOLUME 1 SECÇÃO 1 – INSTRUÇÕES PARA OS PROPONENTES

Nossa ref.^a (por LOTE): LOTE 1: **CIG B76657CF24** / LOTE 2: **CIG B76657DFF7** /
LOTE 3: **CIG B76657E0CF** / LOTE 4: **CIG B76657F1A2** /
LOTE 5: **CIG B766580275**

Ao apresentar uma proposta, o proponente aceita integralmente e sem restrições as condições gerais e especiais, que regem o presente contrato como única base do presente processo de concurso, independentemente das suas próprias condições de venda, a que renuncia. Considera-se que o proponente leu atentamente e aceitou todos os formulários, instruções, disposições contratuais e especificações que integram o presente processo de concurso. Se o proponente não tiver apresentado, dentro do prazo, todas as informações e todos os documentos necessários, a sua proposta será excluída. Não serão aceites quaisquer reservas na proposta em relação ao processo de concurso. As reservas eventualmente apresentadas poderão implicar a rejeição imediata da proposta, não sendo dado seguimento ao processo de avaliação da mesma.

Estas instruções estabelecem as regras para apresentação, seleção e execução dos contratos financiados no âmbito deste convite à apresentação de propostas, em conformidade com o disposto no guia prático, que é aplicável ao presente convite à apresentação de propostas (disponível no seguinte endereço Internet: <https://wikis.ec.europa.eu/display/ExactExternalWiki/ePRAG>).

ÍNDICE

PARTE GERAL	4
1. ... INSTRUÇÕES DE CARÁTER GERAL-----	4
2. ... FINANCIAMENTO-----	4
3. ... PARTICIPAÇÃO -----	4
4. ... UMA ÚNICA PROPOSTA POR PROPONENTE -----	5
5. ... DESPESAS DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA -----	5
6. ... VISITA AO LOCAL DA OBRA E REUNIÃO DE ESCLARECIMENTO -----	6
7. ... CONTEÚDO DO PROCESSO DO CONCURSO -----	6
8. ... ESCLARECIMENTOS SOBRE O PROCESSO DO CONCURSO-----	6
9. ... ALTERAÇÕES DO PROCESSO DO CONCURSO -----	6
ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS	7
10... LÍNGUA DAS PROPOSTAS-----	7
11... CONTEÚDO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA -----	7
12... INFORMAÇÕES/DOCUMENTOS A APRESENTAR PELO PROPONENTE-----	8
13... PREÇOS DA PROPOSTA -----	13
14... PERÍODO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS-----	13
15... GARANTIA DA PROPOSTA-----	13
16... VARIANTES -----	13
APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	14
17. . APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS -----	14
18... PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS-----	15
19... PROPOSTAS RECEBIDAS FORA DO PRAZO -----	15
20... ALTERAÇÃO E RETIRADA DE PROPOSTAS -----	15
ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	16
21... ABERTURA DAS PROPOSTAS-----	16
22... AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS -----	16
23 .. CORREÇÃO DE ERROS -----	18
ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO	18
24... CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO -----	18
25... NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO, ESCLARECIMENTO DO CONTRATO -----	18
26... ASSINATURA DO CONTRATO E GARANTIA DE EXECUÇÃO-----	19
27. . ANULAÇÃO DO PROCESSO DE CONCURSO -----	19
28... CLÁUSULAS DEONTOLÓGICAS, VALORES E CÓDIGO DE CONDUTA -----	20
29... VIAS DE RECURSO -----	21
30. . PROTEÇÃO DE DADOS -----	21
31... SISTEMA DE DETECÇÃO PRECOCE E DE EXCLUSÃO -----	22

PARTE GERAL

1. INSTRUÇÕES DE CARÁTER GERAL

1.1. Os proponentes devem apresentar as propostas relativamente à totalidade das obras, por lote, postas a concurso. Não serão aceites propostas respeitantes a lotes parciais.

1.2. Calendário

	DATA	HORA
Prazo para pedir esclarecimentos adicionais à entidade adjudicante	06/08/2025	23.59 hora de Maputo, Moçambique
Prazo para prestação de esclarecimentos adicionais por parte da entidade adjudicante	19/08/25	23.59 hora de Maputo, Moçambique
Prazo para a apresentação das propostas	27/08/2025	16:00 hora de Maputo, Moçambique
Sessão de abertura das propostas	02/09/2025 (Conforme indicado no anúncio do concurso)	14:00 hora de Maputo, Moçambique
Notificação da adjudicação ao proponente selecionado	Setembro 2025 [□]	--
Assinatura do contrato	Setembro 2025 [□]	--

[□] **Datas provisórias**

2. FINANCIAMENTO

O programa é financiado pela União Europeia, em conformidade com as regras do programa: Decisions FED/MZ/2018/041-899 and FED/MZ/041-945 (Contribution Agreement FED/2020/419-614 e FED/2022/431-433, Addenda 1 e 2).

3. PARTICIPAÇÃO

3.1. As condições de elegibilidade referidas nas informações adicionais sobre o anúncio de concurso (VOLUME 1, Sessão 1) são aplicáveis a todos os parceiros de uma empresa comum/consórcio, todos os subcontratantes, bem como a todas as entidades a cujas capacidades o proponente recorre para os critérios de seleção. Todos os proponentes, os parceiros de uma empresa comum ou de um consórcio, todas as entidades que proporcionem capacidades bem como todos os subcontratantes e todos os fornecedores devem provar que satisfazem estas condições. Devem comprovar a sua elegibilidade apresentando um documento datado de há menos de um ano em relação ao termo do prazo para a apresentação das propostas, elaborado em conformidade com a legislação ou as práticas nacionais, ou uma cópia dos documentos originais relativos à constituição e/ou situação jurídica da sociedade, comprovativos do respetivo local de

registo e/ou sede social, bem como, caso seja diferente, do local da administração central. A entidade adjudicante pode aceitar outra prova satisfatória do cumprimento destas condições.

- 3.2. As pessoas singulares, sociedades ou empresas que se encontrem nas condições enunciadas na secção 2.4. (medidas restritivas da UE¹), 2.4.2.1 (critérios de exclusão) ou 2.4.2.2. (rejeição de um procedimento) do guia prático não estão autorizadas a participar neste concurso nem lhes poderá ser adjudicado um contrato. Caso participem, a sua proposta será considerada inapropriada ou irregular, respetivamente. Os proponentes devem apresentar uma declaração que ateste que não se encontram em nenhuma das situações de exclusão referidas no ponto 2.4.2.1. do guia prático. Tais declarações devem abranger todos os parceiros das empresas comuns e consórcios, devendo também ser apresentadas pelos subcontratantes ou entidades que proporcionem capacidades. Os proponentes que tenham prestado falsas declarações poderão igualmente incorrer em sanções financeiras de até 10 % do valor total do contrato e ser excluídos, conforme previsto no Regulamento Financeiro em vigor.

As condições de elegibilidade referidas no ponto 3.2 são igualmente aplicáveis a todos os parceiros de uma empresa comum/consórcio, todos os subcontratantes, todos os fornecedores dos proponentes, bem como a todas as entidades a cujas capacidades o proponente recorre para os critérios de seleção.

- 3.3. A subcontratação é autorizada, mas o contratante é plenamente responsável perante a entidade adjudicante pela execução do contrato no seu conjunto. O montante total do trabalho objeto de subcontratação não pode exceder o 30% do Preço Contractual² e o subcontratante não pode subcontratar.

Na seleção de subcontratados, o contratante deve dar preferência a pessoas singulares, empresas ou firmas dos Estados ACP que sejam capazes de executar os trabalhos exigidos em condições semelhantes.

4. UMA ÚNICA PROPOSTA POR PROPONENTE

Uma empresa não pode apresentar uma proposta para um dado contrato simultaneamente a título individual e na qualidade de parceiro de uma empresa comum ou de um consórcio. A participação de um proponente em mais do que uma proposta respeitante a um mesmo contrato conduzirá à exclusão de todas as propostas em que esse proponente participe. Uma mesma sociedade só pode participar como subcontratante em diferentes propostas se as especificidades do mercado o justificarem e mediante acordo da entidade adjudicante.

5. DESPESAS DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 5.1. O proponente suportará todos os custos relacionados com a elaboração e a apresentação da sua proposta. A entidade adjudicante não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente do desenrolar ou dos resultados do processo de concurso.

¹ Note-se que o Jornal Oficial da UE contém a lista oficial das entidades sujeitas a medidas restritivas e, em caso de conflito, prevalece sobre a lista do Mapa de Sanções da UE.

² O Preço Contractual é a quantia monetária expressa em dinheiro a pagar pela entidade adjudicante como resultante da proposta adjudicada para a execução do contrato no seu conjunto.

- 5.2. Da mesma forma, a entidade adjudicante não será responsável nem cobrirá quaisquer despesas ou qualquer tipo de perdas incorridas pelo proponente relacionadas com as visitas ao local ou com qualquer outro aspeto da apresentação da sua proposta.

6. VISITA AO LOCAL DA OBRA E REUNIÃO DE ESCLARECIMENTO

- 6.1. O proponente é vivamente aconselhado a visitar e inspecionar os locais de execução obra e as suas imediações, a fim de avaliar, sob a sua responsabilidade e por sua conta e risco, todos os elementos necessários para elaborar a sua proposta e para assinar o contrato de execução de obras (data, hora e local, ver informações adicionais sobre o anúncio de concurso).
- 6.2. A entidade adjudicante não organizará uma reunião de esclarecimento e uma visita ao local da obra.

7. CONTEÚDO DO PROCESSO DO CONCURSO

A documentação completa relativa ao concurso inclui os documentos previstos no convite.

O proponente deve analisar cuidadosamente o processo do concurso, incluindo os documentos do projeto disponíveis para verificação e as eventuais alterações publicadas dentro do prazo de apresentação das propostas, e obter informações fiáveis relativamente a quaisquer condições e obrigações suscetíveis de influenciar o montante ou a natureza da proposta ou a execução da obra. Caso a sua proposta seja escolhida, não será admitido nenhum pedido de alteração do montante da proposta baseado em erros ou omissões relacionadas com as obrigações acima referidas.

8. ESCLARECIMENTOS SOBRE O PROCESSO DO CONCURSO

- 8.1. Os proponentes podem apresentar perguntas por email até 21 dias antes do termo do prazo de apresentação das propostas, devendo indicar no objecto do email o seguinte:

AID 012300 - DELPAZ Manica e Tete Sub-programma - LOTE <...> - CIG <...>

O email deve ser enviado ao endereço eletrónico: maputo@aics.gov.it

A entidade adjudicante deve responder às perguntas de todos os proponentes, o mais tardar 8 dias antes do termo do prazo fixado para a receção das propostas.

- 8.2. As perguntas e respostas serão publicadas na página web da Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento – Gabinete de Maputo, no seguinte endereço <https://maputo.aics.gov.it/pt/home-por/oportunidades/concursos-para-fornecimentos>. A página web será atualizada regularmente, sendo os proponentes responsáveis por verificar essas atualizações e alterações durante o período de apresentação das propostas.

9. ALTERAÇÕES DO PROCESSO DO CONCURSO

- 9.1. A entidade adjudicante pode alterar o processo do concurso através da publicação de alterações, até 8 dias antes do termo do prazo para a receção das propostas.

- 9.2. Cada alteração fará parte do processo do concurso e será publicada na página web da Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento – Gabinete de Maputo, no seguinte endereço <https://maputo.aics.gov.it/pt/home-por/oportunidades/concursos-para-fornecimentos>.
- 9.3. A entidade adjudicante pode, se for caso disso e em conformidade com o ponto 18, prorrogar o prazo de apresentação das propostas, por forma a dar tempo suficiente aos proponentes para terem em conta as alterações na elaboração das suas propostas.

ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS

10. LÍNGUA DAS PROPOSTAS

- 10.1. A proposta, os documentos relacionados com a proposta e toda a correspondência trocada entre o proponente e a entidade adjudicante devem ser redigidos na língua do processo, ou seja, em português. Toda a correspondência relativa aos pagamentos, incluindo as faturas e as notas de pagamentos intercalares e final, deve ser enviada à entidade adjudicante em português.
- 10.2. Se os documentos comprovativos não forem redigidos numa das línguas oficiais da União Europeia, em anexo deverá figurar uma tradução na língua do convite à apresentação de propostas. Quando os documentos forem redigidos numa língua oficial da União Europeia diferente, é vivamente aconselhado o envio de uma tradução na língua do convite à apresentação de propostas, a fim de facilitar a avaliação dos documentos.

11. CONTEÚDO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 11.1. As propostas devem satisfazer as seguintes condições:
- 11.1.1. A proposta deve incluir todos os documentos e as informações constantes do ponto 12 mais adiante.
- 11.1.2. A proposta deve ser assinada em nome do proponente/empresa comum/consórcio pela pessoa ou pessoas habilitadas por procuração (apresentada com base no formulário 4.3, que figura no volume 1, secção 4, do processo do concurso).
- 11.1.3. As páginas relevantes dos documentos especificados no ponto 12 devem ser assinadas, conforme indicado.
- 11.1.4. O proponente deve apresentar todos os documentos exigidos no processo do concurso. Todos esses documentos, sem exceção, devem ser rigorosamente conformes às condições e disposições do processo do concurso, não podendo o proponente introduzir qualquer alteração. As propostas que não sejam conformes aos requisitos do processo do concurso serão excluídas.
- 11.2. O proponente pode apresentar uma única proposta para cada lote, **até um máximo de três lotes**. Caso intenda concorrer para mais que um lote, cada proposta deverá ser submetida separadamente, em envelopes separados. (Exemplo: *uma proposta*

submetida para o LOTE 1; uma proposta submetida para o LOTE 3; uma proposta submetida para o LOTE 5).

12. INFORMAÇÕES/DOCUMENTOS A APRESENTAR PELO PROPONENTE

12.1. Todas as propostas devem incluir as seguintes informações e documentos devidamente preenchidos:

- 12.1.1. Formulário de apresentação da proposta, juntamente com o anexo 1 assinado «Declaração sob compromisso de honra relativa aos critérios de exclusão e de seleção»³. Deve ser entregue o original da declaração sob compromisso de honra assinada (VOLUME 1, Secção 2);
- 12.1.2. A documentação exigida no questionário que figura no **VOLUME 1, Secção 4**, incluindo todos os formulários anexos;
- 12.1.3. Os formulários fornecidos no **VOLUME 4**:
 - Modelo padrão Proposta Financeira
 - Mapa de quantidades (com relação ao LOTE objecto da proposta)

O desdobramento do preço global e o desdobramento detalhado dos preços não prejudicam, de forma alguma, a cláusula que estabelece que, em um contrato de preço global, o preço total do contrato permanece fixo, independentemente da quantidade de trabalho efetivamente realizada

12.1.3.1 Os preços indicados no Mapa de quantidades no VOLUME 4 são considerados fixados com base nas condições em vigor 30 dias antes do prazo para a apresentação das propostas.

O desdobramento detalhado dos preços deve ser utilizado sempre que necessário para qualquer finalidade no âmbito do contrato, nomeadamente para fornecer os coeficientes a aplicar na fórmula de revisão de preços referida no Artigo 48.2 das condições especiais. O proponente deve apresentar cálculos aritméticos claros para os coeficientes propostos.

- 12.1.4. Mapa dos fluxos de tesouraria, como parte do formulário 4.4 (**VOLUME 1, Secção 4, Ficha Financeira 4.4**)
- 12.1.5. Cópias dos documentos mais recentes que apresentam o organograma da sociedade, o respetivo estatuto jurídico e o local de registo do estabelecimento principal do proponente, bem como uma procuração escrita conferindo poderes ao signatário da proposta e de toda a documentação conexa. Estes documentos devem seguir os formulários apresentados na **secção 4 do VOLUME 1**, do processo do concurso:
 - Informações gerais sobre o proponente (formulário 4.1)
 - Organograma (formulário 4.2)
 - Procuração (formulário 4.3).
- 12.1.6. Comprovativo de que os ativos líquidos e o acesso a facilidades de crédito são adequados para este contrato, confirmada por uma demonstração financeira

³ Ver PRAG 2.6.10.1.3 A)

relativa aos últimos três exercícios. O referido comprovativo deve ser apresentado de acordo com o formulário 4.4, Demonstração financeira, que figura no volume 1, secção 4, do processo do concurso.

12.1.7. Previsões financeiras para os dois anos seguintes. Estas informações devem ser apresentadas de acordo com o formulário 4.4, Demonstração financeira, que figura no **VOLUME 1, secção 4**, do processo do concurso.

12.1.8. Ficha de identificação financeira (formulário 4.5, VOLUME 1, sessão 4).

12.1.9. Informações sobre a capacidade técnica do proponente. Estas informações devem ser apresentadas de acordo com os formulários constantes do **VOLUME 1, secção 4**, do processo do concurso, devendo incluir:

- Uma descrição da organização do proponente, incluindo o número total de empregados (formulário 4.6.1.1).
- Uma lista do pessoal proposto para a execução do contrato, incluindo os currículos dos principais responsáveis (formulários 4.6.1.2 e 4.6.1.3).
- Uma lista do equipamento destinado à execução do contrato. As descrições devem demonstrar a capacidade do proponente no que respeita à execução da obra (formulário 4.6.2).

O proponente deve indicar se é proprietário do equipamento ou se o mesmo é alugado ou utilizado por um subcontratante. A proposta deve ser apresentada juntamente com a documentação do fabricante com uma descrição completa do equipamento.

- Um plano de trabalho contendo uma breve descrição das principais obras (formulário 4.6.3) e indicando a ordem de execução dos trabalhos e o calendário segundo os quais o proponente tenciona executar tais obras. Em especial, a proposta deve incluir uma descrição pormenorizada dos trabalhos temporários e definitivos a executar. O proponente deve ter em conta as condições meteorológicas e a necessidade de elaborar os projetos e de obter as licenças de construção antes da execução da obra. Além disso, deve apresentar uma descrição completa da metodologia de execução, acompanhada de planos, se for caso disso, exemplificativos dos métodos que propõe para a execução da obra. Deve indicar, em especial, o número, o tipo e a capacidade dos equipamentos, bem como a mão de obra que tenciona utilizar na execução das principais atividades da obra;
- Um gráfico de barras das etapas fundamentais indicando os prazos e as tarefas afetadas aos diferentes membros do pessoal no âmbito da execução do presente contrato (formulário 4.6.3);
- Dados relativos aos subcontratantes e percentagem das obras a subcontratar (formulário 4.6.3);
- Prova da experiência pertinente adquirida na execução de obras de natureza similar, indicando a natureza e o valor dos contratos, bem como das obras em curso e dos contratos já celebrados (formulário 4.6.3). O proponente deve fazer prova da sua experiência como adjudicatário principal responsável pela execução nos últimos cinco anos de, pelo menos, 2 projetos da mesma natureza e de complexidade comparável à da obra que é objeto do concurso.

- Experiência do proponente como adjudicatário em contratos de execução de obras (formulário 4.6.4);
- Eventuais informações sobre *joint ventures* (formulário 4.6.5);
- Dados pormenorizados sobre o seu contencioso nos últimos 3 anos (formulário 4.6.6);
- Uma descrição esquemática do(s) sistema(s) de garantia da qualidade a utilizar (formulário 4.6.7);
- Dados pormenorizados sobre o alojamento e as instalações a disponibilizar para o supervisor (formulário 4.6.8);
- Outras informações (formulário 4.6.9).

12.1.10. Documentos comprovativos, declarações e compromissos, nos termos do ponto 3 supra. Estes documentos devem abranger todos os parceiros de uma empresa comum/consórcio e todos os subcontratantes, como especificado.

Salvo disposição contratual em contrário, todas as mercadorias compradas ao abrigo do contrato devem ser originárias de um Estado-Membro da União Europeia ou de um país ou território das regiões abrangidas e/ou autorizadas pelos instrumentos específicos aplicáveis ao programa definido nas informações adicionais sobre o anúncio de concurso (Volume 1, sessão 1, Informações adicionais).

Neste contexto, por «origem», entende-se o local onde os produtos são extraídos, cultivados, produzidos ou fabricados e/ou a partir do qual os serviços são prestados. A origem das mercadorias deve ser determinada em conformidade com os acordos internacionais relevantes (nomeadamente os acordos OMC), que são transpostos na legislação da UE relativa às regras de origem para fins aduaneiros: Código Aduaneiro [Regulamento (CEE) n.º 2913/92 do Conselho], nomeadamente os seus artigos 22.º a 26.º, bem como as respetivas disposições de aplicação [Regulamento (CEE) n.º 2454/93 da Comissão].

Os produtos originários da UE incluem os produtos originários dos países e territórios ultramarinos.

Através do formulário de apresentação de proposta, os proponentes devem apresentar uma declaração assinada pelo seu representante, na qual certificam que respeitam este requisito. O proponente está obrigado a verificar se a informação fornecida está correta. Caso contrário, o proponente corre o risco de ser excluído devido à apresentação negligente de informações falsas. Para mais informações, ver o ponto 2.3.5 do guia prático.

Critérios de seleção (para *LOTE 1*, *LOTE 2*, *LOTE 3*, *LOTE 4* e *LOTE 5*)

12.2. Para serem elegíveis para a adjudicação do contrato, os proponentes devem provar que cumprem os critérios de seleção. Para o efeito, os proponentes devem utilizar os formulários descritos no ponto 12.1 supra e todos os formulários adicionais que pretenderem utilizar.

Se a proposta for apresentada por um consórcio, os critérios de seleção são aplicáveis ao conjunto do consórcio, salvo disposição em contrário.

Aptidão para o exercício da atividade profissional

- Certificado de Registo Comercial da empresa válido;

- Alvará actualizado no ramo da Construção Civil mínimo da Classe 4ª ou superior, Categoria I, IV, V e VI;
- Certificados da regularidade fiscal validos.

Capacidade económica e financeira do candidato:

O período de referência que será tido em conta serão os **últimos 3 anos** relativamente aos quais as contas estão encerradas.

- O volume de negócios médio anual do proponente nos anos 2022-2024 deve ser igual ou superior a 10 (Dez) Milhões de meticais por ano;
- Declaração assinada por um representante autorizado da empresa, confirmando que a empresa não se encontra em situação de falência.

Capacidade técnica e profissional do candidato:

O período de referência que será tido em conta corresponde aos **últimos 5 anos** que antecedem a data-limite de apresentação.

- O proponente deve ter executado nos últimos anos, pelo menos, 2 projetos da mesma natureza e complexidade que os da obra objeto do concurso (obras hidráulicas e fundações e captações de água) que foram executados durante o seguinte período: 2020-2024. A entidade adjudicante reserva-se o direito de exigir cópias dos respetivos autos de receção definitiva, assinados pelos fiscais das obras/entidade adjudicante dos projetos em causa.
- Todos os principais membros do pessoal do proponente devem ter, pelo menos, de 8 a 5 anos de experiência adequada (ver tabela abaixo) e qualificações comprovadas, pertinentes para obras de natureza comparável à do projeto. No específico, os principais membros do pessoal devem ter as seguintes habilitações profissionais:

FUNÇÃO	EXPERIÊNCIA E HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS EXIGIDAS	UNIDADES MÍNIMAS EXIGIDAS
CHEFE DA EQUIPA / DIRECTOR TÉCNICO (Responsável pela Integração do Pessoal)	Formação Superior em hidráulica ou construção civil, com mais de 8 anos de experiência na construção de obras similares em Moçambique	01
Encarregado de Obra (Responsável/Coordenador de segurança)	Formação média em Hidráulica ou Construção Civil, com mais de 5 anos de experiência na construção de obras similares	02
Topografo	Com Formação Média em Topografia, com mais de 5 anos de experiência em matéria de levantamentos topográficos de obras de similares	02
Pedreiros	Formação básica ou elementar, com mais de 5 anos de experiência na construção de estruturas de betão armado/metálicas em obras similares	08
Sondador	Com mais de 5 anos de experiência na matéria de abertura de furos de água em Moçambique	01
Hidromecânico	Formação média Industrial, com mais de 5 anos de experiência na montagem, desmontagem e reparação de equipamento	02

	hidromecânico em obras similares em Moçambique	
Eletricista	Formação média Industrial, com mais de 5 anos de experiência de instalação de sistemas elétricos foto voltaicos, em obras similares	02
Canalizador	Com experiência de mais de 5 anos na realização de trabalhos similares	02

12.2.1. Entidades que proporcionam capacidades:

Qualquer agente económico pode, se necessário e relativamente a um contrato específico, recorrer a capacidades de outras entidades, independentemente da natureza jurídica do vínculo que tenham estabelecido entre si. Se recorrer às capacidades de outras entidades, o proponente deve provar à entidade adjudicante que disporá dos recursos necessários para a execução do contrato, apresentando um compromisso subscrito pelas referidas entidades de que colocarão os recursos em questão à sua disposição. Essas entidades, por exemplo, a sociedade-mãe de um agente económico, devem respeitar as mesmas regras de elegibilidade, nomeadamente em matéria de nacionalidade, que as aplicáveis ao próprio agente económico e cumprir os critérios de seleção que levaram o agente económico a recorrer às mesmas. Além disso, o proponente deve apresentar um documento distinto com os dados dessa entidade terceira relativos ao critério de seleção relevante. A pedido da entidade adjudicante, deve ser apresentada prova da capacidade dessa entidade.

No que respeita à capacidade técnica e profissional, um proponente só pode recorrer às capacidades de outras entidades quando estas últimas realizam os trabalhos para os quais são exigidas essas capacidades.

No que diz respeito aos critérios económicos e financeiros, as entidades a cujas capacidades o proponente recorre tornam-se solidariamente responsáveis pela execução do contrato.

12.3 As propostas apresentadas por uma ou mais sociedades parceiras em mais do que uma empresa comum ou consórcio devem, além disso, preencher os seguintes requisitos:

- A proposta deve conter todas as informações especificadas no ponto 12.1, relativamente a cada parceiro da empresa comum ou do consórcio, bem como os dados essenciais para a execução da obra pelo proponente.
- A proposta deve ser assinada de forma a ser juridicamente vinculativa para todos os parceiros. Um dos parceiros deve ser designado como chefe da empresa comum ou do consórcio responsável pelo contrato, devendo essa designação ser confirmada através da apresentação de procurações assinadas pelos signatários legalmente autorizados em representação de cada um dos parceiros. Ver formulário 4.6.5, volume 1, e formulário de apresentação da proposta.
- Todos os parceiros da empresa comum/consórcio são obrigados a permanecer na empresa comum/consórcio durante todo o período de execução do contrato. Ver declaração constante do formulário de apresentação da proposta.

Os documentos comprovativos da capacidade financeira e económica e da capacidade técnica e profissional, referidos no ponto 12.2 das presentes instruções aos proponentes, não são obrigatórios para as propostas inferiores a 5 000 000 EUR. No entanto, são obrigatórios se for solicitado um pagamento de pré-financiamento.

13. PREÇOS DA PROPOSTA

- 13.1. A proposta financeira deve ser apresentada em MZN.
- 13.2. O proponente deve apresentar discriminação do preço por montante fixo em MZN. O preço da proposta deve cobrir a totalidade das obras, tal como descritas no processo do concurso. Todos os montantes constantes da discriminação do preço por montante fixo, do questionário e de outros documentos devem também ser expressos nesta mesma moeda, com exceção dos originais dos extratos de conta e dos mapas financeiros anuais.
- 13.3. Os proponentes devem indicar os valores de todos os componentes da discriminação do montante fixo, preenchendo o Mapa de Quantidades (VOLUME 4). Considera-se que todas as rubricas do mapa das quantidades de trabalho não contabilizadas são cobertas pelas restantes rubricas da discriminação do montante fixo.

14. PERÍODO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

- 14.1. O período de validade das propostas é de 90 dias a contar do termo do prazo para a sua apresentação, indicado no anúncio de concurso, no convite à apresentação de propostas ou tal como alterada em conformidade com os pontos 9 e/ou 18 do presente documento.
- 14.2. Em circunstâncias excepcionais, a entidade adjudicante pode solicitar aos proponentes a prorrogação do prazo de validade das propostas por um número determinado de dias, que não pode ser superior a 40. Tais pedidos, bem como as respostas sobre a prorrogação, devem ser formulados por escrito. Os proponentes podem recusar esse pedido sem perder a garantia da proposta. Os proponentes que aceitem tal pedido não serão obrigados a alterar as suas propostas devendo, no entanto, prorrogar pelo mesmo período o prazo de validade da garantia da proposta. Se for solicitado à entidade adjudicante que obtenha a recomendação do painel referido na secção 2.4.2.1. do guia prático, a entidade adjudicante pode solicitar uma prorrogação do prazo de validade das propostas até à adoção da referida recomendação.
- 14.3. O proponente cuja proposta tenha sido escolhida deve ainda manter a sua proposta por um período suplementar de 60 dias. O período suplementar é acrescentado ao prazo de validade, independentemente da data de notificação.

15. GARANTIA DA PROPOSTA

Não é necessária uma garantia de concurso.

16. VARIANTES

Não são aceites variantes.

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

17. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

17.1 A proposta completa deverá ser apresentada sob a forma de um original ostentando a menção «**original**», e **uma (1) cópia**, igualmente marcada como «**cópia**». Em caso de divergência entre o original e a cópia, prevalece o original.

17.2 As propostas técnicas e financeiras devem ser colocadas juntas **em um único envelope fechado**. Em caso de apresentação de propostas para mais lotes, e' exigido um envelope separado para cada lote (até um máximo de três).

Toda a documentação deve ser também fornecida em formato eletrónico (dispositivo USB) num ficheiro pesquisável separado e único (ou seja, o pedido deve não ser dividido em vários arquivos diferentes), não editável, que será colocado no mesmo envelope. O arquivo eletrónico deve conter exatamente a mesma informação que a versão em papel contida no envelope.

17.3 Todas as propostas devem ser enviadas à entidade adjudicante dentro do prazo fixado no anúncio de concurso. Uma proposta recebida após o prazo limite para recebimento de propostas será rejeitada.

A entrega do envelope físico poderá ser:

a) **QUER** por correio ou por serviços de entrega, caso em que faz fé o carimbo dos correios ou a data do recibo de entrega⁴. Nesse caso, a proposta deverá ser enviada para o seguinte endereço:

Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento, Gabinete de Maputo
Escritório de Programas
Avenida do Zimbabwe, 1330, Maputo, Moçambique

b) **QUER** em mão nas instalações da entidade adjudicante, pessoalmente pelo participante ou por terceiros devidamente mandatados para o efeito, caso em que faz fé o aviso de receção. Se forem entregues em mão, o endereço é o seguinte:

Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento, Gabinete de Maputo
Escritório de Programas
Avenida do Zimbabwe, 381, Maputo, Moçambique

O horário de abertura e encerramento:

- a) Todos os dias uteis, excepto sábado:
Abertura: às 8:00 horas
Encerramento: às 16:30 horas
- b) Sexta-feira:
Abertura: às 8:00 horas
Encerramento: às 14:00 horas
- c) Domingos: descanso semanal.

A entidade adjudicante pode, por razões de eficácia administrativa, rejeitar qualquer candidatura ou proposta apresentada nos serviços de correio dentro do prazo, mas que,

⁴ Recomenda-se que o envio seja feito por correio registado para o caso de o carimbo dos correios não ser legível.

por qualquer razão que escape ao controlo da entidade adjudicante, tenha sido recebida após a data efetiva de aprovação do relatório de avaliação, caso a aceitação de propostas que tenham sido apresentadas atempadamente, mas que tenham sido recebidas fora do prazo limite, possa atrasar consideravelmente o procedimento de avaliação ou comprometer decisões já tomadas e notificadas.

O envelope lacrado exterior deve ostentar unicamente as seguintes indicações:

(a) O endereço a seguir:

**Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento, Gabinete de Maputo
Escritório de Programas
Avenida do Zimbabwe, 1330, Maputo, Moçambique**

(b) O código de referência do presente concurso e a designação do contrato:

**AID 012300
DELPaz Manica e Tete Sub-programma
DESENHO E CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE
ÁGUA (SAA) NA PROVÍNCIA DE MANICA
LOTE < > - CIG <>**

(c) O número do lote relativamente ao qual é apresentada uma proposta (**LOTE < >**) e o código de referência (**CIG <.....>**);

(d) A menção «**Abrir unicamente na sessão de abertura das propostas**» na língua do processo do concurso;

(e) O nome do proponente.

18. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A entidade adjudicante pode, a título discricionário, prorrogar o prazo de apresentação das propostas, através da publicação de uma adenda em conformidade com o ponto 9. Nesse caso, todos os direitos e obrigações da entidade adjudicante e do proponente no que respeita ao prazo inicialmente fixado no anúncio de concurso ficarão sujeitos à nova data.

19. PROPOSTAS RECEBIDAS FORA DO PRAZO

19.1 A entidade adjudicante conservará todas as propostas apresentadas após o termo do prazo de apresentação das propostas fixado no anúncio de concurso ou nas presentes instruções.

19.2 A entidade adjudicante não assume qualquer responsabilidade pelo atraso na entrega das propostas. As propostas recebidas fora do prazo serão rejeitadas e não serão avaliadas.

20. ALTERAÇÃO E RETIRADA DE PROPOSTAS

20.1 Os proponentes podem alterar ou retirar as suas propostas, mediante notificação por escrito efetuada antes do termo do prazo acima referido. As propostas não podem ser alteradas uma vez terminado o prazo para a sua apresentação. A retirada de uma proposta é incondicional e implica o fim de toda a participação no concurso.

- 20.2 Qualquer notificação de alteração ou de retirada de uma proposta deve ser preparada e apresentada em conformidade com o ponto 17, devendo o envelope ostentar igualmente a menção «alteração» ou «retirada», conforme o caso.
- 20.3 A retirada de uma proposta no período compreendido entre o termo do prazo de apresentação das propostas e a data do termo do período de manutenção da proposta implica a perda de garantia da proposta.

ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

21. ABERTURA DAS PROPOSTAS

- 21.1 A abertura e exame das propostas destina-se a verificar se as propostas apresentadas cumprem os requisitos do concurso.
- 21.2 As propostas serão abertas em sessão pública no dia, hora e local especificados no anúncio de concurso, pela comissão nomeada para o efeito.

Os proponentes que pretendam participar na sessão de abertura deverão enviar um pedido por e-mail para maputo@aics.gov.it até dois dias úteis antes do início agendado para a sessão de abertura. Poderão participar no máximo dois representantes por proponente.

A comissão elaborará uma ata da reunião, que deverá estar disponível aos proponentes mediante solicitação.

No caso de, na data da sessão de abertura, algumas propostas não terem sido recebidas pela entidade adjudicante, mas os seus representantes provarem que foram enviadas atempadamente, a entidade adjudicante permitir-lhes-á participar na primeira sessão de abertura e informa todos os representantes dos proponentes de que será organizada uma segunda sessão de abertura.

- 21.3 Na sessão de abertura das propostas serão anunciados os nomes dos proponentes, as notificações por escrito de alteração ou retirada de propostas e quaisquer outras informações que a entidade adjudicante considere adequadas.
- 21.4 Depois da sessão pública de abertura das propostas, não serão fornecidas quaisquer informações relativamente à análise, esclarecimento, avaliação ou comparação das propostas ou a recomendações relativas à adjudicação do contrato, até ao momento em que o contrato tenha sido adjudicado.

Qualquer tentativa por parte de um proponente no sentido de influenciar de qualquer modo a comissão de avaliação durante o processo de análise, esclarecimento, avaliação e comparação das propostas, tendo em vista obter informações sobre o andamento do processo ou influenciar a entidade adjudicante no que se refere à decisão relativa à adjudicação do contrato, dará origem à exclusão imediata da sua proposta.

22. AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

A entidade adjudicante reserva-se o direito de solicitar ao proponente os esclarecimentos de aspetos da proposta que a comissão de avaliação considere necessários para a sua avaliação. Tais pedidos, bem como as respostas sobre a prorrogação, devem ser formulados por escrito, não sendo permitido propor, alterar ou tentar alterar o preço ou o conteúdo da proposta, exceto para corrigir erros aritméticos detetados pela comissão de avaliação durante a avaliação das propostas.

A entidade adjudicante reserva-se o direito de proceder à verificação das informações fornecidas pelo proponente caso a comissão de avaliação o considere necessário.

22.1 Exame da conformidade administrativa das propostas

Nesta fase, pretende-se determinar se as propostas respeitam os requisitos do processo do concurso. Considera-se que um processo é conforme quanto satisfizer todas as condições, procedimentos e especificações constantes do processo de concurso, sem qualquer divergência substancial nem restrição.

Consideram-se importantes os desvios ou restrições que afetem o âmbito, a qualidade ou a execução do contrato, que difiram em grande medida dos termos do processo de concurso, que limitem os direitos da entidade adjudicante ou as obrigações do proponente decorrentes do contrato ou que distorçam a concorrência com os proponentes que apresentaram propostas conformes. As decisões relativas ao facto de uma proposta não ser conforme do ponto de vista administrativo devem ser devidamente justificadas nas atas da comissão de avaliação.

A comissão de avaliação verificará se cada proposta:

- Está devidamente assinada;
- Cumpre os requisitos tal como fixados na grelha de verificação da conformidade administrativa;
- Inclui toda a documentação e informação;
- Quanto ao fundo, está conforme com as disposições do processo de concurso.

Ao verificar a admissibilidade, a comissão de avaliação pode rejeitar as propostas que não obedeçam aos requisitos da grelha de verificação da conformidade administrativa.

22.2 Avaliação técnica

A comissão de avaliação avaliará e comparará exclusivamente as propostas que sejam consideradas conformes de acordo com o ponto 22.1.

Nesta fase do procedimento, a comissão de avaliação analisará a conformidade técnica das propostas com as especificações técnicas, classificando-as como tecnicamente conformes ou não conformes.

22.3 Avaliação financeira

Uma vez concluída a avaliação técnica, a comissão de avaliação verifica se a proposta financeira não contém erros aritméticos. Se o processo de concurso estiver dividido em lotes, as propostas financeiras devem ser comparadas relativamente a cada lote, devendo a avaliação financeira permitir determinar a melhor proposta financeira para cada lote, tendo em conta os eventuais descontos oferecidos.

Ao analisar uma proposta, a comissão de avaliação calculará o preço definitivo da proposta, após corrigir o respetivo preço em conformidade com o disposto no ponto 23.

22.4 Documentos comprovativos relativos aos critérios de exclusão e de seleção

A entidade adjudicante pode solicitar documentos comprovativos da conformidade com os critérios de exclusão estabelecidos nas presentes instruções em qualquer momento do procedimento de adjudicação e antes da adjudicação do contrato.

A entidade adjudicante pode solicitar informações sobre as pessoas singulares ou colectivas que sejam membros do órgão de administração, de gestão ou de fiscalização ou que tenham poderes de representação, de decisão ou de controlo, incluindo as pessoas singulares e colectivas que façam parte da estrutura de propriedade e de controlo e os beneficiários efectivos, bem como

provas adequadas de que nenhuma dessas pessoas se encontra numa das situações de exclusão referidas na Declaração de Honra.

Não serão apresentadas provas documentais dos critérios de seleção, mas não será concedido pré-financiamento.

23 CORREÇÃO DE ERROS

23.1 Os erros que eventualmente sejam detetados na proposta financeira serão corrigidos pela comissão de avaliação do seguinte modo:

- Em caso de discrepância entre os montantes indicados em algarismos e os montantes indicados por extenso, prevalecem estes últimos;
- Exceto no que respeita aos contratos de montante fixo, em caso de discrepância entre um preço unitário e o montante total obtido pela multiplicação desse preço unitário pela quantidade prevista, prevalece o preço unitário.

23.2 O montante indicado pelo proponente no formulário da proposta, corrigido, se for caso disso, pela comissão de avaliação, é vinculativo para o proponente. Caso o proponente não aceite tal correção, a sua proposta será excluída.

ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO

24. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

A proposta economicamente mais vantajosa é a proposta tecnicamente conforme com o preço mais baixo.

A fim de incentivar a maior participação possível de pessoas singulares ou coletivas dos Estados ACP na execução dos contratos, serão concedidas preferências especiais a fim de permitir a otimização dos recursos físicos e humanos desses Estados. Ver secção 2.6.9. do guia prático.

25. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO, ESCLARECIMENTO DO CONTRATO

Antes do termo do período de validade das propostas, a entidade adjudicante notificará por escrito o proponente selecionado de que a sua proposta foi considerada a mais vantajosa, chamando a atenção para a eventual correção de erros aritméticos durante o processo de avaliação. Esta notificação pode assumir a forma de um convite ao esclarecimento de certos elementos do contrato, incluindo uma lista das questões a discutir, para as quais o proponente se deve preparar. Os esclarecimentos limitar-se-ão unicamente a questões que não tenham contribuído de forma substancial para a seleção da proposta mais vantajosa. O resultado dos esclarecimentos deve constar de um memorando de esclarecimento, que deve ser assinado pelas duas partes e ser integrado no contrato.

A entidade adjudicante informará todos os proponentes simultânea e individualmente sobre a decisão de adjudicação. As garantias da proposta dos proponentes não selecionados serão liberadas após a assinatura do contrato.

Ao apresentar uma proposta, o proponente aceita receber a notificação do resultado do processo por via eletrónica. Considera-se que essa notificação foi recebida na data em que a entidade adjudicante a envia para o endereço eletrónico indicado no formulário de candidatura.

26. ASSINATURA DO CONTRATO E GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 26.1 No prazo de 30 dias a contar da receção do contrato já assinado, a outra parte deve assinar e datar o contrato e devolvê-lo. Se for caso disso, o adjudicatário deve, juntamente com a devolução do contrato assinado, apresentar à entidade adjudicante uma garantia de execução. A partir da assinatura do contrato, o adjudicatário passa a ser o adjudicatário e o contrato entra em vigor.

Se um proponente a quem o contrato é adjudicado (qualquer um dos membros do grupo, no caso de um consórcio) tiver dívidas apuradas à União, à Comunidade Europeia da Energia Atómica ou a uma agência executiva quando esta executa o orçamento da União, essas dívidas podem ser deduzidas, em conformidade com o n.º 1 do artigo 101.º e com o artigo 102.º do Regulamento Financeiro e com as condições estabelecidas no projeto de contrato, de qualquer pagamento devido no âmbito do contrato. A entidade adjudicante verificará a existência de dívidas vencidas do(s) adjudicatário(s) (qualquer um dos membros do grupo no caso de um consórcio) e, se for detectada uma dívida desse tipo, informará o adjudicatário (o líder no caso de um consórcio, que terá então a obrigação de informar todos os outros membros do grupo antes de assinar o contrato) de que a(s) dívida(s) pode(m) ser deduzida(s) de qualquer pagamento devido no âmbito do contrato.

- 26.2 Caso o proponente selecionado não assine nem devolva o contrato, acompanhado da garantia financeira exigida, no prazo de 30 dias a contar da receção da notificação, a entidade adjudicante pode anular a aceitação da proposta, sem prejuízo da retenção da garantia da proposta, de qualquer dos seus direitos de indemnização ou ação judicial relativamente ao incumprimento por parte do proponente selecionado, não tendo este último qualquer direito de indemnização relativamente à entidade adjudicante.
- 26.3 A garantia de execução prevista nas condições gerais é fixada em 5% do valor do contrato e deve ser apresentada com base no formulário anexo ao processo de concurso, exceto quando assume a forma de um cheque visado ou de um depósito em numerário. A garantia será liberada em conformidade com as condições especiais.

27. ANULAÇÃO DO PROCESSO DE CONCURSO

Em caso de anulação de um processo de concurso, todos os proponentes devem ser notificados da anulação pela entidade adjudicante. Quando a proposta tenha sido apresentada em papel e o concurso for anulado antes da sessão de abertura das propostas, os envelopes lacrados que ainda não tenham sido abertos devem ser devolvidos aos proponentes nesse estado.

A anulação pode ocorrer quando, por exemplo:

- O concurso se revelou infrutífero, ou seja, não surgiu qualquer proposta suficientemente meritória a nível qualitativo ou financeiro para poder ser aprovada ou não foi apresentada nenhuma resposta válida;
- Os elementos técnicos ou económicos do projeto foram fundamentalmente alterados;
- Circunstâncias excecionais ou de força maior impossibilitam a execução normal do contrato;
- Todas as propostas conformes às especificações técnicas excederem os recursos financeiros disponíveis;
- Tiver havido irregularidades no processo nomeadamente se impediram uma concorrência leal;
- A adjudicação não é conforme aos princípios de boa gestão financeira, ou seja, não respeita os princípios de economia, eficiência e eficácia (por exemplo, o preço proposto

pelo proponente ao qual o contrato será adjudicado for objetivamente desproporcionado em relação ao preço do mercado).

A entidade adjudicante não é, em caso algum, responsável por quaisquer danos, incluindo, de forma não exaustiva, os danos por lucros cessantes de algum modo relacionados com a anulação do procedimento de concurso, ainda que tenha sido informada da possibilidade desses danos. A publicação de um anúncio de concurso não é constitutiva de uma obrigação imputável à entidade adjudicante no que respeita à execução do programa ou do projeto anunciado.

28. CLÁUSULAS DEONTOLÓGICAS, VALORES E CÓDIGO DE CONDUTA

28.1 Inexistência de conflitos de interesses e de conflito de interesses profissionais

O proponente não poderá estar numa situação de conflito de interesses profissionais nem qualquer conflito de interesse e não deve ter nenhuma ligação específica a este respeito com outros proponentes ou partes que participam no projeto. Qualquer tentativa por parte de um proponente no sentido de obter informações confidenciais, concluir acordos ilícitos com os seus concorrentes ou influenciar a comissão de avaliação ou a entidade adjudicante durante o processo de análise, esclarecimento, avaliação e comparação de propostas conduzirá à rejeição da respetiva proposta e pode resultar em sanções administrativas, em conformidade com as disposições do Regulamento Financeiro em vigor.

28.2 Respeito pelos direitos humanos e pelos valores da UE, bem como pela legislação ambiental e pelas normas laborais fundamentais

O proponente e o seu pessoal devem respeitar os direitos humanos e as regras aplicáveis em matéria de proteção de dados. Os proponentes e requerentes aos quais tenham sido adjudicados contratos devem cumprir, em particular e em conformidade com a legislação de base aplicável, a legislação em matéria de ambiente, incluindo acordos ambientais multilaterais, e as normas laborais fundamentais, conforme aplicáveis e definidas nas convenções relevantes da Organização Internacional do Trabalho (nomeadamente as convenções sobre a liberdade sindical e a negociação coletiva, a eliminação do trabalho forçado e obrigatório e a abolição do trabalho infantil).

O proponente e o seu pessoal devem respeitar os valores da UE, tais como o respeito pela dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e os direitos humanos, incluindo os direitos das minorias.

Tolerância zero em matéria de exploração, abuso e assédio sexuais:

A Comissão Europeia e a Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento praticam uma política de «tolerância zero» em relação a todos os comportamentos ilícitos que influenciem a credibilidade profissional do proponente.

São proibidas todas as formas de violência ou castigo físico ou ameaças de violência ou castigo físico, de abuso ou exploração sexual, de assédio e violência verbal, bem como qualquer outra forma de intimidação.

28.3 Luta contra a corrupção e o suborno

O proponente deve cumprir toda a legislação aplicável e os códigos e regulamentos em matéria de luta contra o suborno e a corrupção. A Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento reserva-se o direito de suspender ou anular o financiamento dos projetos, caso sejam detetadas quaisquer práticas de corrupção, em qualquer fase do processo de

adjudicação do contrato ou durante a execução de um contrato, e a entidade adjudicante não tome todas as medidas adequadas para corrigir a situação. Nos termos da presente disposição, por «práticas de corrupção» entende-se qualquer oferta de suborno, presente, gratificação ou comissão, a título de incentivo ou de recompensa, para que alguém realize ou se abstenha de realizar atos relacionados com a adjudicação de um contrato ou com a execução de um contrato já celebrado com a entidade adjudicante.

28.4 Despesas comerciais extraordinárias

Uma proposta será rejeitada ou um contrato rescindido se se verificar que a adjudicação do contrato ou a sua execução deu origem ao pagamento de despesas comerciais extraordinárias. Tais despesas comerciais extraordinárias equivalem a comissões não mencionadas no contrato principal ou não resultantes de um contrato corretamente celebrado, relacionado com o contrato principal, a comissões não pagas em contrapartida da prestação de um serviço legítimo e efetivo, a comissões pagas num paraíso fiscal, a comissões pagas a um beneficiário não claramente identificado ou a comissões pagas a uma empresa que apresente todas as características de uma empresa de fachada.

Os adjudicatários que comprovadamente tiverem pago despesas comerciais extraordinárias no âmbito de projetos financiados pela UE estão sujeitos, em função da gravidade dos factos observados, à rescisão do contrato ou à sua exclusão definitiva de qualquer financiamento da UE.

28.5 Incumprimento de obrigações, irregularidades ou fraude

A entidade adjudicante reserva-se o direito de suspender ou anular o procedimento sempre que se prove que o procedimento de adjudicação foi objeto de incumprimento de obrigações, irregularidades ou fraude. Se, após a adjudicação do contrato, se verificar que o procedimento de adjudicação de contratos foi marcado por incumprimento de obrigações, irregularidades ou fraude, a entidade adjudicante pode optar por não celebrar o contrato.

29. VIAS DE RECURSO

Os proponentes que se considerem lesados por um erro ou uma irregularidade cometidos no âmbito de um processo de adjudicação podem apresentar uma reclamação. Para mais informações, ver o artigo 2.12. do guia prático.

30. PROTEÇÃO DE DADOS

O tratamento de dados pessoais relacionados com o presente concurso pela entidade adjudicante é efetuado em conformidade com a legislação nacional do Estado da entidade adjudicante e com as disposições da respetiva convenção de financiamento.

O concurso e o contrato dizem respeito a uma ação externa financiada pela UE, representada pela Comissão Europeia. Se o tratamento das respostas ao convite à apresentação de propostas implicar a transferência de dados pessoais (tais como nomes, endereços e *curricula*) para a Comissão Europeia, esses dados serão tratados unicamente para efeitos de monitorização do procedimento de adjudicação de contratos e da execução do contrato pela Comissão, para efeitos de cumprimento das obrigações que lhe incumbem por força do quadro legislativo aplicável e da convenção de financiamento celebrada entre a UE e o país parceiro, sem prejuízo da sua possível transmissão aos organismos encarregados das tarefas de acompanhamento ou inspeção em conformidade com a legislação da UE. No caso dos dados transferidos pela entidade adjudicante para a Comissão Europeia, o responsável pelo tratamento dos dados

pessoais na Comissão é o chefe da unidade de assuntos jurídicos da DG Parcerias Internacionais.

Pela entidade adjudicante o responsável pelo tratamento dos dados é a AICS Roma que opera, neste caso específico, através da Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento de Maputo, localizada na Rua Damião de Góis, 381 - Tel.: +258 21 491 787/8 - e-mail maputo@aics.gov.it – PEC maputo@pec.aics.gov.it. Para qualquer esclarecimento ou reclamação, o proponente pode entrar em contato com o Encarregado da Proteção de Dados Pessoais da AICS Roma, localizado na Via Cantalupo in Sabina, 29, 00135; e-mail: dpo@aics.gov.it – PEC: protocollo.aics@pec.aics.gov.it.

A declaração de confidencialidade contém informações específicas respeitantes ao tratamento dos seus dados pessoais pela Comissão e poderá ser consultada no seguinte endereço:

[https://wikis.ec.europa.eu/display/ExactExternalWiki/Annexes#Annexes-AnnexesA\(Ch.2\):General](https://wikis.ec.europa.eu/display/ExactExternalWiki/Annexes#Annexes-AnnexesA(Ch.2):General)⁵

Nos casos em que procede ao tratamento de dados pessoais no contexto de participação num concurso (por exemplo, CV de peritos essenciais e técnicos) e/ou de execução de um contrato (por exemplo, substituição de peritos) deve informar em conformidade os titulares dos dados sobre a eventual transmissão dos respetivos dados a instituições e organismos da UE e transmitir-lhes a referida declaração de confidencialidade supra.

31. SISTEMA DE DETEÇÃO PRECOCE E DE EXCLUSÃO

Os proponentes e, caso sejam entidades jurídicas, as pessoas com poderes de representação, de decisão ou de controlo sobre essas entidades, pessoa singular ou colectiva que assuma a responsabilidade ilimitada pelas dívidas, pessoa singular ou colectiva que seja essencial para a adjudicação ou para a execução do compromisso jurídico, beneficiário efetivo ou qualquer filial do proponente, serão informados de que, caso se encontrem numa das situações de deteção precoce ou de exclusão, os seus dados pessoais (apelido e nome próprio, se se tratar de uma pessoa singular; endereço, forma jurídica e apelido e nome próprio das pessoas com poderes de representação, de decisão ou de controlo, se se tratar de uma pessoa coletiva) podem ser registados no sistema de deteção precoce e de exclusão (EDES) e comunicados às pessoas ou entidades pertinentes em relação à adjudicação ou à execução de um contrato.

Para mais informações, pode consultar a declaração de privacidade disponível em http://ec.europa.eu/budget/explained/management/protecting/protect_en.cfm.

* * *

⁵ This link will lead you to the ‘privacy statement’ published as annex a13 to the practical guide general annexes.